



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

**Requerimento N° 038 /2025**

O Vereador que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer, após consultado o Soberano Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Sr. Marinaldo Rosendo de Albuquerque, e ao Secretário Municipal de Obras, Sr. Aryosvaldo da Costa Brandão, solicitando informações detalhadas acerca da manutenção das máquinas de grande porte, dos veículos de passeio e dos caminhões pertencentes ao referido departamento. Dessa forma, requer-se que sejam fornecidos os seguintes dados: **a)** relação atualizada de todos os veículos e máquinas de grande porte vinculados à Secretaria Municipal de Obras; **b)** relatório detalhado das manutenções preventivas e corretivas realizadas nos últimos 12 meses, incluindo datas, serviços executados e justificativas; **c)** cópias das notas fiscais das revisões periódicas obrigatórias e de eventuais serviços realizados nos referidos veículos e equipamentos; **d)** informação sobre se os serviços de manutenção são realizados por empresa terceirizada ou por equipe própria da prefeitura, bem como a documentação comprobatória dos contratos e pagamentos efetuados; **e)** e indicação de quais veículos e equipamentos se encontram em condição de uso e quais estão inoperantes, detalhando os motivos da inatividade e as previsões de regularização.

**Justificativa**

Justifica-se o presente requerimento pela necessidade de fiscalização da aplicação dos recursos públicos, garantindo a transparência e eficiência na gestão da frota municipal, bem como a continuidade e qualidade dos serviços prestados à população. Ressalta-se que, recentemente, um grave incidente ocorreu envolvendo uma máquina pesada pertencente à frota municipal, que, por pouco, não atingiu as dependências do Colégio Mário Galvão, colocando em risco a vida de estudantes, professores e funcionários. Esse episódio evidencia a necessidade urgente de manutenção e fiscalização do maquinário municipal para evitar tragédias e assegurar que todos os equipamentos estejam em plenas condições de uso.

O artigo 31 da Constituição Federal garante que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo municipal, mediante controle externo, reforçando o direito e o dever dos vereadores de acompanhar e cobrar a correta aplicação dos recursos públicos. Além disso, a Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre a improbidade

*Recebido  
02/04/2025  
M. B.*



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA  
PERNAMBUCO  
CASA DR. MANOEL BORBA**

---

administrativa, prevê, em seu artigo 10, que constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão que cause prejuízo ao erário, incluindo a negligência na conservação do patrimônio público. Dessa forma, é imprescindível que a administração municipal assegure que toda a frota esteja em condições adequadas de uso, evitando desperdício de recursos e riscos à segurança da população.

Diante do exposto, solicito aos nobres pares a aprovação do presente requerimento e o envio das informações dentro do prazo legal.

Sala de Sessões da Câmara de Timbaúba, 02 de abril de 2025.

**JOAO ROBERTO  
MARTINS CARDOSO**

Assinado de forma digital por  
JOAO ROBERTO MARTINS  
CARDOSO  
Dados: 2025.04.02 09:21:07 -03'00'

---

**JOÃO ROBERTO MARTINS CARDOSO**

Vereador de Timbaúba



Requerimento Nº 11/2015

A ordem de dia da reunião

Em única discussão

Sala das Sessões 14/09/2015

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

Aprovado em única discussão

Unanimidade

Sala das Sessões 14/09/2015

Presidente

### Justificativa

Justificamos a presente requerimento pela necessidade de fiscalização da aplicação dos recursos públicos, garantindo a transparência e eficiência na gestão da fatura municipal, bem como a construção e qualidade dos serviços prestados à população. Assim, recomendamos, nos termos da Lei nº 8.420/1992, que a Câmara Municipal de Timbaúba, por meio de sua Comissão de Fiscalização, realize a fiscalização dos recursos públicos, bem como a construção e qualidade dos serviços prestados à população. Assim, recomendamos, nos termos da Lei nº 8.420/1992, que a Câmara Municipal de Timbaúba, por meio de sua Comissão de Fiscalização, realize a fiscalização dos recursos públicos, bem como a construção e qualidade dos serviços prestados à população.

O artigo 11 da Constituição Federal garante que a fiscalização do município seja exercida pelo Poder Legislativo municipal, mediante controle externo, realizado no âmbito de uma comissão de fiscalização, bem como a construção e qualidade dos serviços prestados à população. Assim, recomendamos, nos termos da Lei nº 8.420/1992, que a Câmara Municipal de Timbaúba, por meio de sua Comissão de Fiscalização, realize a fiscalização dos recursos públicos, bem como a construção e qualidade dos serviços prestados à população.